

RECURSO

À
Seção de Licitações
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA – UASG 70013
A/C Sr. Pregoeiro Gilson Soares da Conceição
Pregão Eletrônico nº 57/2020 SRP – Item 1

BRASIL-UC TECNOLOGIA I. S. LTDA., CNPJ nº 01.681.463/0001-29, sediada à AVENIDA ANTÔNIO GIL VELOSO, 1818, LJ 01, PRAIA DA COSTA, VILA VELHA / ES, CEP 29.101-018, por intermédio de sua representante legal, a Sra. Ainoã Silva Cruz, RG nº 10.101.407 (PC-MG) e CPF nº 033.646.596-30, denominada RECORRENTE, vem tempestiva e respeitosamente interpor RECURSO contra o ato administrativo que declarou aceita e habilitada a proposta ofertada pela proponente MIDAS INFORMATICA E PRODUTOS EIRELI, CNPJ nº 19.299.157/0001-98, sediada à Avenida T2, 1810, quadra 34, lote 36, sala 09, Setor Bueno, Goiania / GP, CEP: 74.210-010, denominada RECORRIDA, para o item 1 do Pregão Eletrônico nº 57/2020 do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA – UASG 70013.

Nos termos do que foi indicado na ocasião da manifestação pela intenção recursal e conforme será desdobrado nesta peça, o motivo pelo qual o presente é interposto está no fato de que a RECORRIDA declarou que o modelo ofertado possui Processo Produtivo Básico (PPB) e Tecnologia do País (TP), no entanto, os documentos apresentados mostram que o modelo possui apenas PPB, mas não possui TP. Uma vez que, diante de empate ficto (10%), o Edital prevê (nos itens 8.5 e seguintes) o exercício do direito de preferência para as empresas que declarem e comprovem PPB + TP, a RECORRIDA deve ser desclassificada por não comprovar sua declaração, e deve-se convocar a próxima licitante segundo a ordem de classificação, levando-se em conta os direitos de preferência em caso de novo empate.

1) DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

Conforme prevê o item 11.2.3 do Edital, esta peça recursal está sendo apresentada tempestivamente, no dia 21/12/2020, no terceiro dia após manifestada a intenção de recorrer (registrada em 16/12/2020). A legitimidade recursal e o interesse de agir são verificados pela participação ativa da RECORRENTE no referido item do certame. Motivação e fundamentação seguem respectivamente, por escrito, nas sessões que tratam dos Fatos e do Direito, bem como o requerimento final que está sendo encaminhado.

2) DOS FATOS

Os fatos comprovam os motivos pelos quais a proposta da RECORRIDA não deve ser aceita:

A RECORRIDA arrematou o item 1 do Pregão Eletrônico Nº 57/2020 SRP, cujo objeto se refere a ESTABILIZADOR DE TENSÃO MICROPROCESSADO.

Conforme pode ser verificado em sistema, a RECORRIDA apresentou a seguinte proposta:

19.299.157/0001-98	MIDAS INFORMATICA E PRODUTOS EIRELI	Sim	Sim	PPB + TP	200	R\$
372,3500	R\$ 74.470,0000	10/11/2020 17:04:45				

Marca: RAGTECH

Fabricante: RAGTECH

Modelo / Versão: SIDELASER

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: ESTABILIZADOR DE TENSÃO MICROPROCESSADO: Potência mínima de 1000VA / 1000W; Compatível com impressoras laser e multifuncionais monocromáticas de até 40ppm;

Microprocessador de alta velocidade; Filtro de linha integrado; Plugue do cabo de força: padrão NBR 14136; Tensão de entrada: 115/127/220V (bivolt automático) Frequência da rede: 60 Hz; Tensão de saída: 115 VAC; Mínimo de 5 tomadas de saída com padrão NBR 14136; Porta-fusível externo com unidade reserva; Proteção contra curto-circuito; Proteção contra surtos de tensão entre fase e neutro; Proteção contra sub/sobretensão de rede elétrica; Proteção contra sobreaquecimento; Proteção contra sobre carga; Leds indicativos das condições de funcionamento da rede

AINOA SILVA
CRUZ:03364659630

Digitally signed by AINOA SILVA
CRUZ:03364659630
Date: 2020.12.21 16:24:45 -03'00'

elétrica; Certificado conforme NBR 14373:2006; Garantia de, no mínimo, 12 meses, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento.

Ao declarar que o produto ofertado possui Processo Produtivo Básico e também Tecnologia do País (PPB + TP), a RECORRIDA passou a se beneficiar do direito de preferência previsto no Edital, segundo o qual é assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, regulado pelo art. 5º, do Decreto nº 7.174/2010, aos fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

- I) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- II) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
- III) bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

Para o exercício desse direito de preferência, a RECORRIDA declarou, sob as penas da lei, que sua proposta atende aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 5º, do Decreto 7174/2010, e, por este motivo, o sistema manteve sua oferta à frente de outras propostas cujo valor não se distanciou mais de 10% do valor que ofertou. Ao ser convocada, a RECORRIDA encaminhou sua proposta e documentação de comprovação de atendimento ao Edital para o email do Sr. Pregoeiro, o qual encaminhou para a área técnica, e a proposta foi então aceita.

Ocorre que a documentação encaminhada, e disponibilizada posteriormente para a RECORRENTE, mostra que embora o modelo ofertado (Ragtech Sidelaser) possua atendimento ao requisito de PPB, não comprova atendimento ao requisito de Tecnologia do País (TP). Isto porque, segundo a documentação enviada, o modelo SIDELASER é citado, na página 2, entre os Produtos e modelos habilitados à fruição dos benefícios fiscais da Lei de Informática (comprovação de PPB), mas, diferente de outros modelos da mesma fabricante, este SIDELASER não é citado na Portaria apresentada (PORTARIA Nº 730, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 185).

Em virtude desta declaração, houve benefício indevido para a RECORRIDA, pois sua proposta no certame manteve-se em condição “protegida” contra outras propostas, com valor próximo, que demonstrassem PPB+TB. Portanto, a referida proposta não pode ser aceita.

3) DO DIREITO

Para efeito do disposto na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, o Ministério da Ciência e Tecnologia publicou a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, segundo a qual o Ministério dará publicidade, no Diário Oficial da União e em sua página eletrônica na Internet dos produtos e respectivos modelos que obtiverem o reconhecimento da condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, cujo respectivo ato servirá de prova para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 5.906, de 2006, e no art. 3º, inciso I, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e sua regulamentação (conforme art. 3º).

O artigo 4º da mesma Portaria deixa claro que o reconhecimento da condição de bem de informática e automação desenvolvido no País é específico de cada modelo.

O artigo 5º do Decreto 7174 de 2010, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, dispõe que propostas que incluam modelos que possuem somente o reconhecimento relativo ao Processo Produtivo Básico (PPB) possuem preferência sobre propostas que não possuem, mas modelos que possuem Tecnologia desenvolvida no País (TP) e também aqueles que possuem ambos os reconhecimentos (PPB + TP) possuem preferência sobre aqueles que possuem somente PPB.

O presente Edital adere na íntegra aos dispositivos de preferência supracitados, e portanto, uma vez que a RECORRIDA não apresentou comprovação de TP, sua condição de arrematante não pode ser sustentada.

A Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 afirma, em seu art. 7º, que quem “(...) apresentar documentação falsa exigida para o certame” será submetido às sanções cabíveis. A alínea “c” da cláusula 18.1 do Edital cita expressamente a declaração falsa no rol de comportamentos passíveis de penalidade, e a corresponsabilização do gestor público no que tange à aplicação do processo sancionatório é destacada no preâmbulo da primeira página do Edital, como “Nota Importante”. O alerta em relação a sanções sobre declaração falsa é ainda repetido no Edital em diversos pontos: vide 2.7, 4.4 e 8.18.

Sugere-se à RECORRIDA, ao apresentar suas contrarrazões para este recurso, prezando pelo melhor interesse público, informar que errou ao fazer a declaração relativa ao benefício indevido e retirar sua proposta, a fim de evitar sanções previstas.

AINOA SILVA
CRUZ:03364659630

Digitally signed by AINOA SILVA
CRUZ:03364659630
Date: 2020.12.21 16:25:08 -03'00'

Caso a declaração seja verdadeira, e a RECORRIDA tenha falhado no envio da documentação, tal fato deve ser informado e a sanção não deverá ser aplicada, mas a proposta deve ser recusada por falta de tempestividade no envio da comprovação, convocando-se a próxima licitante, pois o prazo para tal comprovação estipulado foi descumprido (8.13). Somente se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, para apresentação de nova proposta ou nova documentação, escoimada das causas da desclassificação ou inabilitação (21.6).

O eventual aceite de proposta que não atende plenamente aos requisitos do Edital configuraria favorecimento indevido à RECORRIDA e feriria claramente aos princípios do julgamento objetivo, do vínculo ao instrumento convocatório e da isonomia do certame, necessários aos atos administrativos, conforme art. 3º da Lei 8.666 de 1993. Portanto, a proposta da RECORRIDA deve ser recusada.

4) DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a RECORRENTE que seja dado provimento a este recurso administrativo interposto no sentido de reformar o ato administrativo que declarou aceita a proposta da RECORRIDA para o item 1 do Pregão Eletrônico nº 57/2020 Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA – UASG 70013, e que a mesma seja recusada, convocando-se a próxima licitante segundo a ordem de classificação dos lances subsequentes e respeitados os direitos de preferência.

Assim concluímos, gratos pela atenção e certos do provimento deste recurso.

Vila Velha, 21 de dezembro de 2020.

BRASIL-UC TECNOLOGIA I. S. LTDA.
CNPJ 01.681.463/0001-29
Ainoã Silva Cruz – Sócia Administradora
CPF 033.646.596-30